

Resumo da ata da reunião n.º 11 do Conselho Geral de 13 de janeiro de 2025

Ordem de Trabalhos:

Ponto um – Aprovação da ata da reunião anterior.

Ponto dois – Informações.

Ponto três – Aprovação do Projeto Educativo do Agrupamento.

Com a aprovação dos presentes, foi aditado o ponto quatro à ordem de trabalhos, com a redação seguinte:

Ponto quatro – Resolução do Conselho de Ministros nº 103-C/2024 – Posição do Conselho Geral.

Ponto um – Aprovação da ata da reunião anterior

A ata da reunião n.º 10 foi aprovada por unanimidade dos presentes nessa reunião.

Ponto dois – Informações

- Avaliação externa do Agrupamento – reunião na Inspeção-Geral da Educação, dia 11 de dezembro: no âmbito do terceiro ciclo de avaliação, a inspeção decorrerá entre 25 e 28 de fevereiro; os documentos estruturantes deverão ser remetidos, até 7 de fevereiro, a equipa inspetiva, constituída por 2 inspetores e 2 peritos do Ensino Superior; serão realizadas entrevistas, a painéis organizados por função, e observação de aulas; serão aplicados questionários de satisfação a toda a comunidade educativa. O painel do Conselho Geral será no dia 25 de fevereiro. A Direção apelou à colaboração de todos, destacando a importância do momento para o reconhecimento das boas práticas e a identificação de áreas a melhorar. A Associação de Pais (APAC) tenciona estar presente na reunião com os pais, para reforçar a importância do preenchimento dos inquéritos da avaliação externa, sendo também uma oportunidade para um contacto presencial com os representantes de pais das turmas;

- concurso “Um Ano pelo Ambiente” – o Agrupamento recebeu três prémios neste concurso promovido pela Câmara Municipal do Barreiro (CMB), atribuindo 100€ a cada escola vencedora, as Escolas Número Seis, Padre Abílio Mendes e Augusto Cabrita;

- criação do Conselho Municipal de Segurança – criado em reunião com a CMB, a nove de janeiro, para entrar em funções a treze de janeiro; o representante dos diretores dos agrupamentos de escolas do concelho do Barreiro será o professor Carlos Mocho, diretor do Agrupamento de Escolas de Álvaro Velho;

- Provas de Monitorização da Aprendizagem (ModA) – está a ser elaborado o calendário para aplicação das provas-ensaio em fevereiro, para aprovação no Conselho Pedagógico de dia quinze de janeiro;

- colocação de docentes:

- vai ser realizado um novo concurso nacional de professores, devendo o levantamento das necessidades do Agrupamento ser feito até dia dezassete de janeiro;

- no âmbito do concurso extraordinário de docentes, cada professor continua no Agrupamento em que exercia funções até ser substituído, situação de um docente do Agrupamento;

- espera-se a apresentação de um docente colocado, para um horário de Matemática;

- vai ser pedido um horário de substituição para História, devido a uma baixa de trinta dias;

- Intranet do Agrupamento – a nova plataforma já está operacional, inclui áreas para Reprografia, PES, Departamentos e Clubes e é de acesso restrito a docentes, de acordo com cargos e funções. O Portal do Aluno está na fase final de desenvolvimento e irá interagir com a intranet. Para além do Manual de acolhimento, a plataforma possui tutoriais de formação sobre as ferramentas utilizadas e mais serão produzidos. O próximo passo será a implementação da assinatura digital;

- kits digitais – distribuição e ponto de situação em relação ao concurso público no que refere à disponibilização de verba por parte do governo para aquisição de computadores:

- espera-se que até ao final da presente semana os cadernos de encargos estejam terminados e que se proceda ao concurso; com a verba disponibilizada, será possível adquirir entre sessenta a setenta kits;

- foram entregues *kits* a quatro das cinco turmas do 5º ano; mais 81 kits serão distribuídos em janeiro e prevê-se a devolução de 120 equipamentos antigos;
- substituição de equipamentos de rede – todos os equipamentos foram substituídos, resultando em melhorias na estabilidade da internet;
- abertura das salas LED (Laboratórios de Educação Digital) e dos CTE (Centros Tecnológicos Especializados) – a pressão ministerial para que tal aconteça é acentuada, com os docentes de informática empenhados na interrupção letiva do Natal; debateu-se novamente o situação deste grupo de docência, que seria minimizada com a colocação de técnicos de informática nas escolas;
- assistentes operacionais – a Câmara Municipal abriu concurso para a área da saúde, podendo afetar alguns colocados para as escolas, e irá enviar os dados para a tutela, uma vez que o rácio desceu e o défice de assistentes operacionais afeta o funcionamento dos serviços escolares;
- segurança Escolar: a APAC solicitou uma reunião com a Escola Segura para debater ocorrências de insegurança nos arredores da escola e planeia dinamizar ações de sensibilização para pais e alunos sobre segurança. A Direção solicitou aos assistentes operacionais especial atenção à vigilância dos espaços escolares;
- formação sobre *bullying* – foi partilhada informação e a hiperligação de um *webinar* sobre o tema; existem *webinars* gratuitos destinados a professores e a vários ciclos de ensino e este poderá ser um recurso a aplicar em algumas turmas.

Ponto três – Aprovação do Projeto Educativo do Agrupamento.

A versão final do Projeto Educativo, enviada tardiamente, foi apresentada com três eixos principais: qualidade da prestação do serviço educativo, qualidade do ensino e da aprendizagem e processo de autorregulação e melhoria contínua. O documento foi analisado, apontando-se limitações na atualidade de alguns dados estatísticos, a falta de metas nacionais para comparação de indicadores. A APAC não foi ouvida na fase de elaboração do PEA, o que enfraquece o envolvimento dos encarregados de educação. Apresentaram-se propostas de melhoria: inclusão de tabelas de dados atualizados como anexos, maior clareza nos indicadores de sucesso escolar e melhor organização e estrutura do documento. Foi ainda abordada a questão da monitorização do PEA pelos diferentes elementos da comunidade educativa.

O documento foi aprovado por unanimidade, com o compromisso de ser melhorado antes da publicação oficial.

Ponto quatro – Resolução do Conselho de Ministros nº 103-C/2024 – Posição do Conselho Geral.

Foram analisadas as propostas de revisão do documento inicialmente elaborado pela equipa técnica de docentes, que refletem as preocupações do Conselho Geral sobre a limitação do acesso à internet apenas para alguns alunos, gerando desigualdades, o impacto negativo no trabalho dos professores e as dificuldades práticas na gestão dos hotspots, sendo urgente a necessidade de revisão da medida, para garantir a equidade no acesso à rede de toda a comunidade escolar.

A tomada de posição foi aprovada por unanimidade.

A próxima reunião ficou agendada para 27 de janeiro, para análise do Regulamento Interno do Agrupamento e do Projeto Curricular do Agrupamento.

A Presidente do Conselho Geral: Cristina Fortes

A Secretária: Ana do Carmo